

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A ADOÇÃO DE MEDIDAS NEOLIBERAIS NO ESTADO A PARTIR DA CRISE DO CAPITAL

Agercicleiton Coelho Guerra¹

Marcela Figueira Ferreira²

Resumo:

Esse artigo busca discutir a relação da adoção de medidas neoliberais do Estado implantada no Brasil durante a década de 1990 nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso e sua relação com a crise estrutural do capital que desencadeou durante os anos de 1970. Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica utilizando autores como Antunes (2009), Mészáros (2002), Harvey (1989) entre outros. Como considerações finais ressaltamos que a crise desencadeada durante os anos de 1970 tiveram uma grande repercussão em escala mundial com a mudança no modelo de produção do fordismo para o toyotismo que apresenta um modelo mais flexível de produção, além disso, a mudança das políticas de Estado para o modelo Neoliberal que tem como objetivo retirar gastos do Estado atingindo áreas como da saúde e Educação acarretando uma série de perdas de direitos para toda a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Neoliberalismo; crise; capitalismo.

Os desdobramentos da política educacional no Brasil se dão a partir de um contexto conjuntural bem específico, devido às crises econômicas de âmbito mundial, atingindo de forma aguda os países periféricos. Neste artigo, iremos abordar como as crises do capitalismo modificaram o modo de produção e a forma de gerir o Estado, para que o sistema não entrasse em colapso, mesmo que isso custasse menos direitos à classe trabalhadora.

As crises que abrangeram todo o sistema capitalista, cada vez mais, mostram sua verdadeira forma e se coloca de modo latente em escala mundial. Como aponta Mészáros (2002), o sistema capitalista entra em uma crise profunda inerente à própria existência do sistema. O alicerce que sustenta o capitalismo está entrando em conflito e

¹ Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: ageguerra@gmail.com

² Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e Professora da rede Municipal de Educação. E-mail: marcelaferreira8@gmail.com

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



as possibilidades de reforma estão se esgotando. Carcanholo (1996) ressalta que a causa do aparecimento da crise se expressa no fato de que o sistema de produção se desenvolve em larga escala, enquanto as condições de apropriação por parte da classe trabalhadora não acompanham esse desenvolvimento, ocorrendo a queda da taxa de lucro. Essa contradição ocorre de maneira cíclica, levando à destruição do capital para que a produção seja retomada, como uma forma de sair da crise (MIRANDA, 2011). A expansão do sistema capitalista trouxe consigo uma limitação histórica, que compromete todo o sistema. Mas antes do seu esgotamento, tentativas de reforma para sua manutenção têm sido executadas, a exemplo o Keynesianismo, modelo de Estado intervencionista, e, atualmente, o neoliberalismo como modelo ultraliberal de Estado. Como afirma Mészáros (2002), o resultado obtido por meio dessas reformas foi um capitalismo mesclado, implicando em um sistema híbrido, diferente da maneira clássica, acarretando em problemas futuros, mas nenhuma solução viável.

Os países periféricos, em relação àqueles países de capitalismo avançado, sofrem mais diretamente com os efeitos do sistema. Países, como China e Índia, vivem sob intensa exploração de sua mão-de-obra excedente, com o apoio de um Estado forte para manter sua influência política e deixar a mão-de-obra barata atendendo aos interesses do capital, deixando de lado a premissa de um capitalismo liberal sem uma maior intervenção do Estado. Além desses países, toda a América Latina e a África vivenciam os efeitos de um capitalismo atrasado, que está longe do projeto capitalista-liberal, e, como aponta Mészáros (2002), o projeto capitalista nesses países só pode avançar abandonando o seu próprio projeto de capitalismo liberal, pois o Estado se mostra como uma mão forte mantenedora de toda sua exploração.

O autor ainda afirma que

Esse sistema, em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas tem (e deve ter) sua expansão orientada e dirigida pela acumulação. Naturalmente, o que está em questão a este respeito não é um processo delineado pela crescente satisfação das necessidades humanas. Mais exatamente, é a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



como um modo de reprodução ampliado. O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente — e deve sempre usurpar — o poder de tomar decisões (MÉSZÁROS, 2002, p. 11).

Dessa forma, o sistema capitalista se mostra essencialmente antagônico, colocando sua reprodução ampliada acima das necessidades humanas. Como esse antagonismo está presente em sua essência, sua lógica é expressa em toda parte, desde os países com estágio avançado de capitalismo aos mais atrasados economicamente.

O autor ainda aponta que, por esse problema estar presente em sua estrutura, nunca será possível controlá-lo e sequer buscar uma reforma para resolver definitivamente seu problema. Para a sua superação, se faz necessária a construção de uma forma totalmente distinta de reprodução do metabolismo social, que atenda às necessidades humanas.

O sistema capitalista passou, por diversas décadas, acumulando capitais. Tal fato se deu durante o apogeu do Fordismo³ e do Keynesianismo⁴. Esse quadro começou a ficar crítico e a apresentar mudanças a partir da década de 1970.

Antunes (2009) aponta alguns elementos que comprometeram a estabilidade do capitalismo, dentre os quais, destacamos a queda da taxa de lucro, que ocorreu por conta de acontecimentos como a intensificação das lutas sociais na década de 1960, a grande concentração de capitais, a crise do Estado do Bem Estar Social, o esgotamento do modelo de produção taylorista fordista e a crise da superprodução de mercadorias.

Para Antunes (1998), os anos, a partir de 1970, foram marcados por uma grande inovação tecnológica, que penetraram as fábricas, influenciando as relações de

³ O Fordismo pode ser definido com o processo de trabalho predominante durante o século XX. Tem, como características, a racionalização das operações, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, e a produção em massa de mercadorias a partir de uma produção homogeneizada e verticalizada (ANTUNES, 2009).

⁴ O Keynesianismo caracteriza-se por um Estado regulador na relação capital-trabalho. Dessa forma, visa atender as demandas sociais, como saúde, moradia, educação e transporte, para evitar que o sistema entre em grandes crises econômicas (ANTUNES, 2009).

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



trabalho. A partir disso, diversos experimentos são realizados, mesmo que de maneira inicial. Como o autor destaca:

O fordismo e o taylorismo já não são os únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo). Decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado “kalmarianismo”), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar (ANTUNES, 1998, p.16).

Assim, os processos produtivos não se encontravam mais polarizados somente entre o fordismo e o taylorismo, uma vez que, com o avanço tecnológico, novos processos produtivos foram adotados.

O Toyotismo, como um desses processos, trouxe novos formatos de administração do trabalho, intensificando a exploração do operário, sem que o mesmo tenha se dado conta dessa nova forma de manipulação. O *just-in-time* ou trabalho no tempo certo, originalmente elaborado por Henry Ford e aplicado por Taiichi Ohno no Japão, é um dos programas utilizados pelo toyotismo e tem como objetivo diminuir o desperdício do tempo na produção, exigindo, dos trabalhadores, um movimento constante, sempre nos prazos estabelecidos, além da extinção da linha de montagem, sendo substituída pelas ilhas de produção, com o objetivo de reduzir o tempo de espera na fabricação do produto (BORGES, 2005).

Outra técnica adotada foi o Círculo de Controle de Qualidade – CCQ, que consiste na formação de grupos de trabalhadores, entre seis e doze indivíduos, que se reúnem periodicamente para opinar sobre medidas para a melhoria da produção. A existência dessa estrutura não elimina a hierarquia presente nas empresas através de chefias. Se as propostas elaboradas por algum grupo forem aceitas, os mesmos recebem algum tipo de premiação. A intencionalidade do CCQ consiste na melhoria de produção para a empresa como, também, envolver ainda mais o trabalhador com a fábrica, distanciando-o do sindicato (Idem).

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O *kanban*, presente também no toyotismo, surge como auxiliar do processo de *just-in-time*. Esse mecanismo visa controlar de forma rigorosa o ritmo de trabalho e a qualidade padrão desejada, fazendo com que o funcionário exerça duas atividades (inspeção e supervisão), reduzindo o número de trabalhadores nas empresas (Idem).

Como Harvey (1989) observa, os novos processos produtivos, apesar de todo o avanço tecnológico, fazem retornar os sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista.

O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do “teletransporte”, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles [...] O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong (HARVEY, 1989, p.175).

Como o autor demonstra, o avanço tecnológico trouxe mais exploração para a classe trabalhadora, retomando formas de trabalho mais precárias e exploratórias. Assim, paralelamente, crescem formas de subproletarização por meio de empregos temporários e precários (ANTUNES, 1998) e a acumulação flexível surge como uma forma de confrontar diretamente a rigidez que caracteriza o sistema fordista.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1989, p. 140).

Conforme destaca Harvey (1989), para além das consequências no mundo do trabalho, o processo de acumulação flexível também atinge a cultura nos países de capitalismo avançado:

Para começar, o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugido, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho – o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível. Afinal de contas, foi principalmente por intermédio da irrupção da formação de novos negócios, da inovação e do empreendimento que muitos dos novos sistemas de produção vieram a ser implementados (HARVEY, 1989, p.161).

Dessa forma, o processo de acumulação flexível mudou o modo e os valores de vida da sociedade. O individualismo mais competitivo passou a ser um valor central na cultura da sociedade e áreas, antes, menos exploradas pelo capitalismo, como a educação e a saúde, passam a ocupar papel importante nas economias, como negócios lucrativos. O ensino superior também passa a se ajustar a nova feição capitalista, que requer modelos mais pragmáticos e com geração imediata de resultados às questões demandadas pelo mercado.

O avanço tecnológico nos processos de trabalho exigiu um novo perfil de trabalhador para que o sistema pudesse ser efetivado com sucesso. Para atingir a demanda mais individualizada de mercado e manter uma boa qualidade, a produção buscou um perfil de trabalhador que operasse com várias máquinas, quebrando a relação de um homem por máquina como exigido no sistema fordista (ANTUNES, 1998).

É a chamada “polivalência” do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinado “várias tarefas simples” [...] Do mesmo modo, o trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo. Uma equipe opera frente a um sistema de máquinas automatizadas (ANTUNES, 1998, p. 26-27).

Entretanto, o sistema de acumulação flexível de modo algum diminui a exploração do trabalhador e, em alguns casos, até aprofunda, como nas fábricas em que se estabelece metas para o trabalho em equipe e grupos inteiros de trabalhadores ultrapassam seus horários, perfazendo amplas jornadas com o intuito de atingir as metas. O trabalhador, dentro desse sistema, passa a desempenhar múltiplas funções, além do aumento de horas extras exercidas por esses operários, na busca da indústria manter a produção. Como destaca Antunes (1998), os operários, que estão dentro do



sistema toyotista, chegam a trabalhar o dobro de horas comparados com outros trabalhadores de outras indústrias, que adotam outro tipo de processo produtivo. A consequência disso está no desemprego estrutural, jogando uma massa de operários para o setor de serviço, que cresceu bastante durante as décadas de 1980 e 1990.

Como consequência do processo de desproletarização fabril, aumentam o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Há a inclusão do trabalho feminino, excluindo uma parcela dos mais jovens e os mais velhos (ANTUNES, 1998).

O resultado está em toda parte: desemprego explosivo, precarização ilimitada, rebaixamento salarial, perda de direitos etc. Verifica-se a expansão daquilo que Juan Castillo cunhou como liofilização organizacional, um processo no qual substâncias vivas são eliminadas. Trata-se do trabalho vivo, que é substituído pela maquinaria técnico-científica, pelo trabalho morto. A liofilização organizacional não é outra coisa senão o processo de “enxugamento” das empresas (Castillo, 1996; Antunes, 2003, 2005). Desse modo, aqueles setores que eram os pilares da economia produtiva no século 20, cujo melhor exemplo é a indústria automobilística, sofreram fortes mutações. Nessa nova empresa, liofilizada, é necessário um novo tipo de trabalho e um novo tipo do que antes se chamava de trabalhador, o qual atualmente os capitais denominam, de modo mistificado, como “colaborador” (ANTUNES; POCHMANN, 2007 p.196).

Tumolo (2001) aponta, que o processo de reestruturação produtiva no Brasil, trata-se, na verdade, como uma desestruturação produtiva, pois intensificou o ritmo de trabalho, neutralizou a ação sindical e incorporou novas tecnologias na organização e gestão do trabalho. Dessa forma, temos empresas que misturam diversas formas de produção com o objetivo de intensificar a exploração do trabalho e evitar qualquer tipo de organização por parte da classe trabalhadora. Ainda ressalta que

Isso explica porque não tem sido possível encontrar um “padrão produtivo” único ou mesmo uniforme nos vários países capitalistas, nem entre as próprias empresas e nem mesmo no interior delas. Na verdade, as empresas capitalistas vêm buscando a combinação mais adequada de “modelos produtivos”, de acordo com as características de conjuntura – situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores etc. – com o propósito de atingir os objetivos supra-expostos (TUMOLO, 2001, p.11).

1. Neoliberalismo como saída da crise

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Após a grande crise de 1970⁵, o sistema capitalista buscava novas formas de superação e, como medida a ser tomada, retomou as concepções liberais e, assim, o neoliberalismo começou a ser aplicado como uma medida de enfrentamento da crise (CARCANHOLO; BARUCO, 2011).

Paniago (2008) defini o neoliberalismo como:

[...]um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda. Essas mesmas medidas tentam realizar objetivos diversos, a depender de quais interesses de classe procuram proteger. De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho (PANIAGO, 2008, p.02).

Os intelectuais mais representativos do neoliberalismo são Friederich Hayek e Milton Friedman (BIANCHETTI, 2001). O modelo neoliberal diversifica-se dos demais modelos vigentes, especialmente do Keynesianismo, por apresentar características mais centradas no individualismo, as quais discorreremos logo a seguir.

A concepção de indivíduos dentro do neoliberalismo se apresenta como sendo moléculas sociais do sistema econômico. Impulsionado por doses de instinto, racionalidade, vontade e desejos, o homem desenvolve sua consciência individual, transformando-se em um ser ético e político (BIANCHETTI, 2001). Conforme Bianchetti,

O indivíduo é, então, o resultado da sorte que “determina nossos genes e através deles afeta nossa capacidade física e mental”. A sorte estabelece o tipo de família e o meio cultural em que nascemos e, como resultado, nossas oportunidades de desenvolver a capacidade física e mental. A sorte fixa todos os demais recursos que possamos herdar de nossos pais ou de algum benfeitor (FRIEDMAN, 1980 *apud* BIANCHETTI, 2001, p. 72).

⁵ Durante o apogeu da fase keynesiana e fordista, na qual ocorreu uma grande acumulação de capital, esse modelo começou a dar sinais de esgotamentos, como, a queda da taxa de lucro, retração do consumo resultado do começo do desemprego estrutural e crise do Estado, que não atendia mais as demandas sociais. Esses são só alguns pontos da crise de 1970, pois os elementos constitutivos são de grande complexidade (ANTUNES, 2009).



Sobre a abordagem egoísta, centrada no indivíduo, Hayek responde colocando que os limites da imaginação nos impedem de entender que a filosofia do individualismo está além do pensamento que enxerga as necessidades da sociedade inteira (HAYEK, 1987 *apud* BIANCHETTI, 2001, p. 72).

Segundo Bianchetti (2001), a consequência do pensamento individualista reverbera sobre a relação mercado e indivíduo, a qual passa a ser como uma relação do tipo mercado e consumidores, na qual os cidadãos se estabelecem como simples consumidores e o sistema, os fornecedores de mercadorias.

Quando se trata de instituições sociais, a perspectiva neoliberal entende que as mesmas representam interesses individuais, mas não podem ser extintas de forma arbitrária. Essas instituições devem ser mantidas, por representarem as tradições sociais e deixar acontecer seu crescimento natural, até alcançar o consenso social (BIANCHETTI 2001).

O neoliberalismo, dentre todas as instituições sociais, dá uma maior relevância ao Estado, ao qual atribui características de uma pessoa, com poderes limitados.

Para o pensamento liberal a sociedade política e a sociedade civil representam âmbitos diferentes de ação e, por isso, “a atividade econômica é própria da sociedade civil e o Estado (sociedade política) não deve intervir em sua regulamentação”. Essa concepção do Estado condiz com a idéia de que sua função deve se limitar a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais, deixando os indivíduos livres para atuar de acordo com as circunstâncias e em função de seus próprios interesses (BIANCHETTI, 2001, p. 78).

O Estado, dentro da teoria neoliberal, aparece como um espaço que articula as relações sociais, preservando um papel periférico na relação com o mercado. Conforme Adam Smith, o Estado passa a operar a “mão invisível”, assumindo uma função articuladora (*idem*).

Para Bianchetti,

O Estado na sociedade liberal somente atua sobre a ordem social quando se encontram em perigo seus fundamentos. Em outras palavras, a função

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

ISSN: 2446-8126

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)



coercitiva do Estado responde, nessa perspectiva, à necessidade de preservação da própria natureza da sociedade. Os neoliberais dividem as sociedades em sociedades livres e totalitárias, nas primeiras incluindo sociedades de mercado e, nas segundas, as planificadas, sejam elas socialistas ou capitalistas (corporativistas ou keynesianas) (2001, p. 81).

A única intervenção estatal, que os neoliberais apoiam, consiste na intervenção coercitiva exercida pelo Estado, sob a justificativa de manter os interesses maiores da sociedade contra o avanço de poderes cerceadores da liberdade, que seriam as próprias forças democráticas (idem).

Como bem analisado por Bianchetti (2001), um exemplo histórico de tal postura adotada pelo neoliberalismo se concretizou nas ditaduras latino-americanas da década de 1970, processo esse que não ocorreu em todos os países, dada às suas particularidades.

Quando se trata de governo, os neoliberais consideram que a vontade das maiorias não representa necessariamente os valores da continuidade histórica de uma sociedade (idem).

Segundo Bianchetti (2001),

A crítica à democracia como forma de governo atravessa constantemente o discurso neoliberal, buscando transmitir uma imagem desvalorizada da ação política. Podemos encontrar um exemplo desta crítica em Fontaine Aldunate que, através de Tocqueville, expressa: “vejo uma multidão de homens semelhantes e iguais que giram sem repouso em torno a si mesmos procurando pequenos e vulgares prazeres que lhes chegam à alma” (FONTAINE ALDUNATE, 1980 *apud* BIANCHETTI, 2001, p. 86).

O pensamento neoliberal tenta, ao máximo, desgastar a ideia de democracia. O modelo neoliberal não propõe a ampliação da participação, pois objetiva a manutenção dos grupos dominantes na sua condição hegemônica. Assim, os erros da democracia são combatidos com menos democracia e não com uma maior participação dos excluídos (idem).

Quanto ao mercado, o neoliberalismo defende a ideia de livre mercado, o qual tende a um equilíbrio natural e é guiado pela “mão invisível”, representando um

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



individualismo utilitarista e egoísta, mas tem a capacidade de se autorregular, corrigindo eventuais desequilíbrios do capitalismo (idem).

O que caracteriza o neoliberalismo em relação a outras propostas liberais está na ampliação da lógica do mercado, perpassando todas as esferas sociais. Assim, como no dizer de Marx (2002), no capitalismo, nada escapa ao mercado, todas as relações sociais mais caras à humanidade curvam-se aos ditames do comércio, transformam-se em mercadorias. Sob o manto neoliberal, essas relações se agudizam ainda mais. De acordo com Bianchetti (2001, p.88), “O Estado Mínimo aparece como uma consequência da lógica do mercado em todas as relações sociais, não reduzidas somente ao aspecto econômico”.

Apesar da mudança de ordem econômica e política, o neoliberalismo não foi capaz de frear a alta taxa de desemprego. A ideia de Estado Mínimo (mínimo somente para a classe trabalhadora), através da redução da esfera de atuação estatal, também não reduziu os gastos do Estado, os quais são direcionados para outros setores.

Conforme Carcanholo e Baruco (2011)

Diferentemente do que se possa pensar, o neoliberalismo não se define no nível de abstração da política econômica, isto é, não é porque as políticas monetária, fiscal e/ou cambial apresentam uma determinada característica (mais ortodoxa ou heterodoxa) que se define uma ideologia neoliberal ou antineoliberal. O neoliberalismo constitui uma estratégia de desenvolvimento capitalista, uma proposta de retomada estrutural do processo de acumulação de capital. Ainda que essa ideologia tenha se constituído antes, na prática, sua afirmação hegemônica e sua implementação são justamente a coloração ideológica do pós-crise dos anos 1960/70 (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 12).

Com efeito, na medida em que o Estado se volta para a obtenção de mais capital a partir de uma menor intervenção em políticas sociais, mas, ao mesmo tempo, comprometido com o pagamento da dívida pública aos organismos multilaterais, não são observadas mudanças significativas no desemprego (CARCANHOLO; BARUCO, 2011).



No Brasil, o interesse pelo plano neoliberal de Estado começa a aparecer no governo Collor, mas somente na eleição de Fernando Henrique Cardoso - FHC que tal plano começa a ser aplicado com mais vigor.

Segundo Boito Jr. (1999), o neoliberalismo brasileiro é tardio, comparado a outros países latino-americanos, além disso, tem encontrado mais dificuldades para avançar. Antunes (2009) ressalta que, tanto nos países avançados, como na periferia do capitalismo, o processo neoliberal retirou direitos dos trabalhadores e aumento as condições precárias de emprego e ainda desacelera o crescimento industrial do Brasil, prejudicando o seu crescimento.

2. Considerações finais

As crises constantes presentes no sistema capitalista a partir da década de 1970 ganham contornos diferentes alterando não somente as políticas dos países, mas também, o modo de produção e até mesmo o perfil de trabalhador que deve atuar nas fábricas. No âmbito da Educação, tais modificações estão presentes até mesmo nas propostas pedagógicas hegemônicas e aplicadas nas escolas com o objetivo de formar cada vez mais alunos sob o viés do desenvolvimento das competências.

A partir do estudo abordado nesse artigo é preciso compreender que as aplicações de medidas neoliberais frente às políticas estatais continuam em plano vigor. Por conta do corte realizado nesse estudo parece que a adoção dessas medidas limitaram se aos governos vigentes na década de 1990. Porém uma análise mais minuciosa mostrará que os governos petistas e o atual governo do presidente Michel Temer ainda se utilizam de inúmeras formas de privatização e cortes nos gastos sociais como a reforma trabalhista, a emenda constitucional que limita por 20 anos os gastos na saúde e educação e a privatização de estatais brasileiras.

Referências Bibliográficas

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



ANTUNES, R.; POCHMANN, M. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil.** In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Orgs.). Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre. Tomo Editorial/CLACSO, 2007.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. 287p.

ANTUNES, Ricardo L. C.. **Adeus ao trabalho ?:** ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho . 5. ed. Sao Paulo: Cortez; 1998. Campinas,SP: UNICAMP, 155p .

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** Sao Paulo: Xama, 1999. 247p.

BORGES, Altamiro. **As arapucas do toyotismo.** 2005. Disponível em: <<http://alainet.org/active/8041&lang=es>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições.** Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.09-23, jul./dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.academia.edu/5149574/Neoliberalismo>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições.** Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.09-23, jul./dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.academia.edu/5149574/Neoliberalismo>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 2. ed. Sao Paulo: Loyola, c1992. 349p.

MESZAROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



MIRANDA, Flávio. **As Interpretações Marxistas da Crise Econômica Atual: uma análise com base na teoria das crises de Marx.** Dissertação de Mestrado, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

TUMOLO, Paulo Sergio. **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL: UM BALANÇO CRÍTICO INTRODUTÓRIO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA.** Educ. Soc. [online]. 2001, vol.22, n.77, pp.71-99. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000400005>.